



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

CRUZ DAS ALMAS - AMARGOSA - CACHOEIRA - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
Núcleo Didático-Pedagógico



**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA**
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CAMPUS CACHOEIRA

COMISSÃO TÉCNICA:

Prof. Dr. Clóvis Zimmermann (Presidente da Comissão, Prof. Adjunto CAHL)

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (Prof. Titular CAHL)

Profa. Dra. Georgina Gonçalves (Profa. Adjunto CAHL)

Profa. Dra. Lúcia Aquino Queiroz (Profa. Adjunto CAHL)

Profa. Ms. Jucileide Nascimento (Profa. Assistente CAHL)

Prof. Dr. Osmundo Pinho (Prof. Adjunto CAHL)

Prof. Dr. Nelson Montenegro (Prof. Adjunto CAHL)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.

Rubrica:

APRESENTAÇÃO

Formulário
Nº 01

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Campus de Cachoeira
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL

Comissão Técnica

Prof. Dr. Clóvis Zimmermann (Presidente da Comissão, Prof. Adjunto CAHL)

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (Prof. Titular CAHL)

Profa. Dra. Georgina Gonçalves (Profa. Adjunto CAHL)

Profa. Dra. Lúcia Aquino Queiroz (Profa. Adjunto CAHL)

Profa. Ms. Jucileide Nascimento (Profa. Assistente CAHL)

Prof. Dr. Osmundo Pinho (Prof. Adjunto CAHL)

Prof. Dr. Nelson Montenegro (Prof. Adjunto CAHL)

O presente documento tem por objetivo apresentar os elementos técnicos, administrativos, acadêmicos e pedagógicos do CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O Recôncavo Baiano

A região do Recôncavo é constituída por uma sociedade pluri-étnica e pluricultural, rica também na sua diversidade de recursos naturais. Por muito tempo seu ordenador primário foi formado por um sistema senhorial escravista, cuja grande característica foi a permanente tentativa de imposição dos valores lusitanos, contraposta com múltiplas formas de resistência, rebeliões, fugas e negociações exercitadas pelos povos e segmentos sociais dominados.

Entretanto, essa realidade social, própria da sociedade açucareira, marcada por riqueza e ostentação esvaeceu a partir do momento da descoberta e exportação do petróleo, marco de ruptura dos antigos padrões de comportamento, prestígio, poder e relações na sociedade baiana. Porém, as limitações dos espaços onde se produz petróleo e onde foram construídas refinarias e outras estruturas ligadas a sua exploração, transformação e armazenamento definiram desequilíbrios socioeconômicos, pois nem todos os municípios do Recôncavo se beneficiaram dessas atividades econômicas. Assim, podemos identificar uma gama bastante diversificada de atividades econômicas e de inserções no mercado: municípios que vivem basicamente do turismo, outros de pesca, uns que se beneficiam dos royalties do petróleo, mais alguns que se constituem em centros produtores agrícolas de açúcar, tabaco, dendê, mandioca e alimentos, núcleos de pecuária, centros com vocação comercial, e alguns com incursões em termos industriais.

Neste cenário regional tão densamente povoado, rico em tradições culturais, bens patrimoniais inestimáveis e que busca renovar-se e reencontrar seu antigo poder, brilho e prestígio é que nasce a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A Instituição

A UFRB, criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na Cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros Municípios do Estado da Bahia, é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

A criação da UFRB ocorreu a partir de um longo processo de diálogo e mobilização das comunidades de algumas cidades do Recôncavo da Bahia e da própria comunidade acadêmica ligada à Escola de Agronomia da UFBA, recebendo posterior apoio do Plano de Expansão do Ensino Superior do Ministério da Educação e de vários setores do Congresso Nacional. Em sua estrutura multicampi, a UFRB atualmente oferece 29 cursos de graduação, e oito cursos de pós graduação sendo sete destes na categoria Stricto Sensu, entre eles o doutorado em Ciências Agrárias, e um Latu Sensu em Educação e Interdisciplinidades, que acontece no centro de formação de professores, em Amargosa. No campo de Cachoeira, já se encontra em pleno funcionamento o Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. A missão maior da UFRB é exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, humanidades, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.

A estrutura multicampi

A UFRB foi concebida numa estrutura multicampi nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. Esta estrutura tem uma relação direta com a região do Recôncavo que se constitui num território cuja construção histórica, social, econômica e cultural data do início da colonização brasileira, tendo uma delimitação regional bem definida.

Os subespaços sócio-ambientais desta região apresentam importantes especificidades. Por exemplo, neste território, na área denominada do Recôncavo Sul, numa extensão não superior a 2.000 km² e distâncias não superiores a 150 km, encontram-se núcleos significativos em termos históricos e culturais como Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, São Francisco do Conde; e, múltiplos ambientes como o vale do rio Paraguaçu e o lago artificial de Pedra do Cavalo (186,2 km²), a área dos ecossistemas costeiros de Maragojipe, Nazaré, Jaguaripe e Valença, a área norte do Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica, a Serra da Jibóia na região de Amargosa, a Baía de Todos os Santos e suas ilhas e o ambiente semi-árido. Todo esse território apresenta uma excelente infra-estrutura urbana, de transportes e comunicações.

Tais aspectos permitiram a estruturação de uma universidade multicampi, baseada nas especificidades desses subespaços, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, que exploram as culturas locais, os aspectos específicos e essenciais da sua organização social e do meio ambiente.

A UFRB tem atribuições de articulação entre saber científico e a complexa realidade do Recôncavo. A sua instalação neste território visa somar à instituição, necessariamente, contornos sócio-espaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural, antropológico, social, ambiental e histórico do seu entorno, nas funções que exerce.

Neste aspecto, sem perder a noção de universalidade, o Recôncavo está sendo concebido como “região de aprendizagem”, buscando-se ações sinérgicas entre a universidade e o referido território, de modo a contribuir para a constituição de competências regionais. Isto acontecerá via uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretendendo-se que o processo de aprendizagem se espraie e seja praticado em todos os setores da sociedade regional. Deste modo, a universidade estará buscando elementos que a introduza, regionalmente, como uma relevante fonte de saber que ligará o Recôncavo aos processos socioeconômicos e culturais em curso em todo o mundo.

Neste aspecto, sem perder a noção de universalidade, o Recôncavo está sendo concebido como “região de aprendizagem”, buscando-se ações sinérgicas entre a universidade e o referido território, de modo a contribuir para a constituição de competências regionais. Isto acontecerá via uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretendendo-se que o processo de aprendizagem se espraie e seja praticado em todos os setores da sociedade regional. Deste modo, a universidade estará buscando elementos que a introduza, regionalmente, como uma relevante fonte de saber que ligará o Recôncavo aos processos socioeconômicos e culturais em curso em todo o mundo.

A UFRB possui atualmente 5 centros acadêmicos: Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cachoeira), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (Cruz das Almas), Centro de Ciências da Saúde (Santo Antônio de Jesus), Centro de Formação de Professores (Amargosa), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cruz das Almas).

O Campus de Cachoeira

As sedes dos municípios de Cachoeira e São Félix formam um lindo complexo urbano separado pelo Rio Paraguaçu. A ligação ocorre pela histórica e bela ponte D. Pedro II, inaugurada no século XIX. Cachoeira teve origem numa fazenda criada por Diogo Álvares Correia, o Caramuru, no final do século XVI. Em 1674, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira que, em 1693, foi elevada a vila e conselho. Foi elevada a cidade em 13 de março de 1837, com o título de Heróica Cidade de Cachoeira. Sua população era estimada em 31.071 habitantes e seu território compreende 398 km².

Graças a seu rico patrimônio arquitetônico e paisagístico dos mais importantes da América Latina, converteu-se em Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), conforme o Decreto n.º 68.045, de janeiro de 1971.

O campus de Cachoeira, sede do CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras, oferece, desde a sua abertura em 2006, os seguintes cursos de graduação: Comunicação, História e Museologia. No segundo semestre de 2008 iniciaram mais três cursos de graduação, a saber, Ciências Sociais, Cinema e Serviço Social. Em junho de 2009 foi aprovado pela CAPES o curso de mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.

Rubrica:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nº 02

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

HABILITAÇÃO/ÊNFASE/MODALIDADE: Curso Superior em Tecnologia

VAGAS OFERECIDAS: 50 VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR COMPONENTES CURRICULARES:

Disciplinas: Obrigatórias: 1.530 horas

Optativas: 170 horas

Estágio: 102 horas

Atividades Complementares: 68 horas.

Carga Horária total do Curso: 1.870 horas

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:

Tempo Mínimo: 3 anos (6 semestres)

Tempo Médio: 4 anos (8 semestres)

Tempo Máximo: 5 anos (10 semestres)

FORMA DE INGRESSO: PROCESSO SELETIVO ADOTADO PELA INSTITUIÇÃO

REGIME DE MATRÍCULA: SEMESTRAL

PORTARIA DE RECONHECIMENTO: (data de publicação no D.O.U.)

JUSTIFICATIVA

Formulário
Nº 03

A literatura contemporânea revela que um número significativo de pesquisadores das políticas públicas comunga entre si um pressuposto básico e fundamental, qual seja, nas sociedades modernas não há motivos contundentes para se questionar a existência e necessidade das políticas sociais públicas e de desenvolvimento social. Isso se deve ao fato do provimento de serviços sociais como um direito de cidadania ter se tornado um dos maiores fenômenos do século XX. Karl Polanyi chamou esse processo de “a grande transformação”. Na análise do sociólogo Ferdinand Tönnies esse desenvolvimento acarretou a passagem da “comunidade” à “sociedade”. As mudanças ocasionadas nesse processo estão diretamente relacionadas à semântica do termo das políticas de desenvolvimento social, as quais compreendem a ação pública e do Estado na cobertura de riscos da vida individual e coletiva (ARRETCHE, 1995) ou políticas que dizem respeito à ação do Estado na promoção do bem-estar dos cidadãos (MARSHALL, 1976). Várias pesquisas empíricas confirmam, apesar da proliferação da ideologia do fim do Estado de Bem-Estar em esfera nacional e internacional, que quanto mais desenvolvido, industrializado e maior a renda de um país, maiores são os investimentos em políticas de desenvolvimento social. Estudos de Opielka (2004), Ullrich (2005) Schmidt; Ostheim; Siegel; Zohlnhöfer (2007) e Bangura (2007) demonstram que os países desenvolvidos investem mais de 20% do Produto Interno Bruto em políticas de desenvolvimento social. Por conseguinte, esses países possuem os maiores índices de proteção econômica (seguro desemprego), amplos programas de transferência de renda, bem como os menores índices de pobreza.

A região do Recôncavo da Bahia ainda passa por grandes desigualdades socioeconômicas, reflexo do processo histórico de desenvolvimento desigual, caracterizado por diversos ciclos produtivos. Esse processo histórico resultou no empobrecimento da região, causado pela decadência dos antigos ciclos produtivos bem como pela histórica ausência de políticas de proteção às populações em necessidades. Esse grave quadro se traduz na falta de renda, de oportunidades de capacitação profissional bem como de perspectivas de emprego, ocasionando situações de fome e de pobreza. Segundo estudos de Azeredo e Ramos (1995) o poder público tem inúmeras formas de intervenção para afetar o nível de renda e a qualidade de vida de uma região. Segundo esses autores, são incluídos na gestão das políticas vários instrumentos ou medidas. Existem políticas que consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, e o objetivo é assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o "excesso de oferta de trabalho". Os instrumentos clássicos destas políticas são: seguro-desemprego e/ou indenização aos desligados, adiantamento da aposentadoria, expulsão de população, redução da jornada de trabalho, programas de transferência de renda etc.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
Rubrica:

JUSTIFICATIVA

Formulário
Nº 03

Nesse contexto, Koga (2002) reitera que um processo que não levar em conta as particularidades locais, impondo critérios demasiadamente gerais, pode aprofundar o quadro de desigualdades regionais e locais já presente na dinâmica político-institucional brasileira. Assim como preconiza o arcabouço jurídico-institucional no pós 1988, na implementação da gestão pública democrática, é peça fundamental a participação popular na configuração dos conselhos municipais paritários, bem como a existência de um fundo para repasse de recursos entre os entes federados. A descentralização enquanto gestão municipal supõe que “municipalização significa uma articulação de forças do município como um todo para a prestação dos serviços, cujos co-responsáveis seriam a prefeitura municipal e organizações da sociedade civil”. (STEIN, 1997, p.89).

Assim, o CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA da UFRB, com a formação de profissionais qualificados, pode desencadear um processo de melhoramento em direção à efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e participação de toda a sociedade, com a preponderância da participação popular e a discussão de um padrão de civilidade a toda sociedade.

PRINCIPIOS NORTEADORES

Formulário
Nº 04

A adoção de práticas sociais arrojadas, focadas no desenvolvimento regional são pilares do Projeto Político Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública que deste modo contribui para a consolidação da democracia plena, na conquista da cidadania e na defesa de direitos sociais, materializados na efetiva implementação das políticas públicas.

Se instituindo como ambiente formativo, voltado para a produção e difusão de conhecimentos, estimulando e patrocinando entre os membros de sua comunidade acadêmica a atitude investigativa e formação científicas adequadas, comprometidas com as demandas contemporâneas da sociedade brasileira, o Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, deve promover o exercício da intervenção profissional qualificada como parte do processo de formação, estabelecendo-se como pólo de formulação e análise das práticas de políticas e tecnologias sociais, numa perspectiva crítica e plural.

Qualificando profissionais aptos a responder e exercer maneira ética e competente os desafios colocados à função pública na contemporaneidade, o Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública contribui, deste modo, para a consolidação da democracia plena, na conquista da cidadania e na defesa de direitos sociais materializados na efetiva implementação das políticas públicas.

Multidisciplinar, o processo de formação Tecnólogo em Gestão Pública na UFRB visa a para desenvolver entre seu corpo discente a compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas de desenvolvimento regional e social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

BASE LEGAL

Formulário
Nº 05

- Parecer CNE/CES Nº. 436/01 que trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos
- Resolução CNE/CP Nº. 3/02 que institui as Diretrizes Curriculares Gerais para Organização e Funcionamento dos cursos Superiores de Tecnologia.
- Parecer CNE/CES 227/06 – que estabelece a forma de Organização da Educação Profissional e Tecnologia de Graduação.
- Portaria Nº. 10/06 que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

OBJETIVOS

Formulário
Nº 06

Objetivo Geral:

Formar, através da perspectiva multidisciplinar, Tecnólogos em Gestão Pública aptos a compreender a importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas de desenvolvimento regional e social.

Objetivos Específicos

1. Promover a formação teórica e prática de profissional qualificado para atuar como gestor em órgãos públicos, agências reguladoras e organizações não governamentais.
2. Provocar a formação e conhecimentos técnicos e científicos do Tecnólogo em Gestão nas áreas de planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas sociais públicas e de desenvolvimento social.
3. Propiciar aos estudantes uma formação teórica, metodológica e prática sólida em Gestão Pública
4. Fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
5. Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, uma ampla formação humanística e uma “consciência social” local e global.
6. Desenvolver a concepção de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular (cf. Disciplinas Optativas).
7. Estimular a produção e re-elaboração contínua de um projeto pedagógico flexível que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

PERFIL DO EGRESSO

Formulário
Nº 07

O campo de atuação para o profissional a ser formado pela UFRB será bastante amplo. O curso visa formar profissionais para atuar em órgãos governamentais públicos tanto em nível municipal, estadual e federal bem como em organizações da sociedade civil, terceiro setor e em projetos sociais de fundações. Assim sendo, o profissional deve ser requisitado, em diversas organizações, para atuar nas etapas de análise de alternativas, definição de opções, monitoramento e acompanhamento de ações no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Formulário
Nº 08

Ao longo do currículo proposto, pretende-se alcançar as seguintes competências e habilidades:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Utilização das linguagens como meio de expressão, comunicação e informação;
- Desenvolvimento de um pensamento crítico e flexível;
- Busca da autonomia intelectual, “aprendendo a aprender”;
- Estimulação da criatividade intelectual;
- Inter-relacionamento de pensamentos, idéias e conceitos de gestão social e desenvolvimento regional;
- Aquisição, avaliação e transmissão das informações;
- Competência na utilização da informática (compreensão dos princípios das tecnologias e suas relações integradoras);
- Reforço da capacidade analítica;
- Assimilação e ampliação dos fundamentos científicos;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Compromisso social;
- Capacidades e habilidades em lidar com a área social;
- Respeito das identidades e das diferenças.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
 Rubrica:

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
Quadro Curricular

Formulário
 Nº 09

SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V	SEMESTRE VI
Sociologia Geral (68 horas)	Instituições Públicas (68 horas)	Participação e Sociedade Civil (68 horas)	Desigualdades Raciais e Sociais (34 horas)	Estágio Supervisionado I (51 horas)	Estágio Supervisionado II 51 horas
Fundamentos de Filosofia (68 horas)	Teoria das Políticas Públicas (68 horas)	Teoria das Políticas Públicas II América Latina (68 horas)	Teoria das Políticas Públicas III Políticas Sociais no Brasil (68 horas)	Gestão Pública do Brasil, Contemporâneo (68 horas)	Optativa III (34 horas)
Estado e Sociedade (68 horas)	Teoria do Desenvolvimento 68 horas	Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo (68 horas)	Cooperativismo e Capital Social (34 horas)	Formulação e Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos (68 horas)	Optativa IV (34 horas)
Introdução a Gestão Pública (68 horas)	Administração e Gestão Pública (68 horas)	Orçamento e Finanças Públicas (68 horas)	Direito Público e Administrativo (68 horas)	Optativa II (34 horas)	Optativa V (34 horas)
Oficina de Textos (68 horas)	Metodologia de Pesquisa (68 horas)	Metodologia quantitativa e Indicadores Sociais 68 horas	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (68 horas)	Trabalho de Conclusão de Curso I (68 horas)	Trabalho de Conclusão de Curso II (34 horas)
			Optativa I		

CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
 CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS
 CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO
 CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
 CARGA HORÁRIA DE MONOGRAFIA
 CARGA HORÁRIA TOTAL
 1.530 horas
 170 horas
 68 horas
 102 horas

 1.870 horas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.

Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Componentes Curriculares Obrigatórios por Centro

Formulário
 Nº 10A

Código	Nome	Função	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
					T	P	E	Total		
CAH225	Sociologia geral	Básica	50 alunos	1º.	68			68	4	
CAH224	Fundamentos de Filosofia	Básica	50 alunos	1º	68			68	4	
	Introdução à Gestão Pública	Básica	50 alunos	1º.	68			68	4	
	Estado e Sociedade	Básica	50 alunos	1º.	68			68	4	
CAH 197	Oficina de Textos	Básica	50 alunos	1º.	68			68	4	
	Instituições Públicas	Profissional	50 alunos	2º.	68			68	4	
	Teoria das Políticas Públicas I	Profissional	50 alunos	2º.	68			68	4	
	Teoria do Desenvolvimento I	Profissional	50 alunos	2º.	68			68	4	
	Administração e Gestão Pública	Profissional	50 alunos	2º.	68			68	4	
	Metodologia de Pesquisa	Profissional	50 alunos	2º.	48		20	68	4	

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Componentes Curriculares Obrigatórios por Centro

Formulário
 Nº 10ª

Elenco dos Componentes Curriculares

Código	Nome	Função	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
					T	P	E	Total		
	Participação e Sociedade Civil	Profissional	50 alunos	3º.	68			68	4	
	Teoria das Políticas Públicas	Profissional	50 alunos	3º.	68			68	4	
	Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo	Profissional	50 alunos	3º.	68			68	4	
	Orçamento e Finanças Públicas	Profissional	50 alunos	3º.	68			68	4	
	Metodologia quantitativa e Indicadores Sociais	Profissional	50 alunos	3º.	34	34		68	4	
	Teoria das Políticas Públicas II	Profissional	50 alunos	4º.	68			68	4	
	Cooperativismo e Capital	Profissional	50 alunos	4º.	34			34	2	
	Direito Público e Administração	Profissional	50 alunos	4º.	68			68	4	
	Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas	Profissional	50 alunos	4º.	48		20	68	4	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.

Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Componentes Curriculares Obrigatórios por Centro

Formulário
 Nº 10ª

Elenco de Componentes Curriculares -

Código	Nome	Função	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
					T	P	E	Total		
	Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais	Profissional	50 alunos	4º.	34	34		68	4	
	Desigualdades Raciais e Sociais	Profissional	50 alunos	5º.	34			34	2	
	Estágio Supervisionado I	Profissional	50 alunos	5º.			51	51	3	
	Gestão Pública no Brasil Contemporâneo	Profissional	50 alunos	5º.	68			68	4	
	Formulação, Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos	Profissional	50 alunos	5º.	34		34	68	4	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	Profissional	50 alunos	6º.	68			68	4	
	Estágio Supervisionado II	Profissional	50 alunos	6º.			51	51	3	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	Profissional	50 alunos	6º.	14		20	34	2	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
 Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Componentes Curriculares Optativos por Centro

Formulário
 Nº 10B

Elenco de Componentes Curriculares - Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		
	Políticas Públicas para Juventude	50 alunos		34			34	2	
	Políticas Públicas para o Meio Ambiente	50 alunos		34			34	2	
	Políticas Públicas para o Meio Rural	50 alunos		34			34	2	
	Políticas Públicas de Saúde no Brasil	50 alunos		34			34	2	
CAH391	Políticas Culturais	50 alunos		34			34	2	
	Políticas Públicas para Idosos	50 alunos		34			34	2	
	Políticas Públicas para o Turismo	50 alunos		34			34	2	
	Políticas de Educação	50 alunos		34			34	2	
	Políticas de Emprego e Renda	50 alunos		34			34	2	
	Sistema Braille	50 alunos		34			34	2	
	Políticas para Crianças e Adolescentes	50 alunos		34			34	2	
	Libras	50 alunos		10	24		34	2	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.

Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Componentes Curriculares Optativos por Centro

Formulário
 Nº 10B

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ Semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		
	Teorias do Desenvolvimento	50 alunos		34			34	2	
	Planejamento Social	50 alunos		34			34	2	
	Orçamento Público	50 alunos		34			34	2	
	Antropologia I	50 alunos		34			34	2	
	Ciência Política	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública I	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública II	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública II	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública IV	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública V	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública VI	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais Em Gestão Pública VII	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública VIII	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública IX	50 alunos		34			34	2	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública X	50 alunos		34			34	2	

Quadro de Componentes Curriculares - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ Semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		

Quadro de Componentes Curriculares - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ Semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		

Quadro de Componentes Curriculares - Centro de Ciências da Saúde - CCS

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		

Quadro de Componentes Curriculares - Centro de Formação de Professores – CFP

Código	Nome	Módulo	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré-Requisitos
				T	P	E	Total		

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
 Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Integralização por Semestres

Formulário
 Nº 10C

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	Horas/ Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
1º SEMESTRE				
Sociologia Geral	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Fundamentos de Filosofia	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Introdução a Gestão Pública	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Estado e Sociedade	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Oficina de textos	68 horas	4 horas	Obrigatória	
	340 Horas	20 Horas		
Total				
2º SEMESTRE				
Instituições Políticas	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Teoria das Políticas Públicas I	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Teoria Desenvolvimento I	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Administração e Gestão Pública	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Metodologia Pesquisa	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Total	340 Horas	20 Horas		

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
 Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Integralização por Semestres

Formulário
 Nº 10C

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	Horas/ Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
3º SEMESTRE				
Participação e Sociedade Civil	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Teoria das Políticas Públicas II	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Orçamento e Políticas Públicas	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Metodologia Quantitativa e Indicadores Sociais	68 horas	4 horas	Obrigatória	
Total	340 Horas	20 Horas		
4º SEMESTRE				
Optativa I	34 horas		Optativa	
Teoria das Políticas Públicas II	68 horas		Obrigatória	Teoria das Políticas Públicas I
Cooperativismo e Capital Social	34 horas		Obrigatória	
Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais	68 horas		Obrigatória	
Desigualdades Raciais e Sociais	34 horas		Obrigatória	
Total	306 Horas	18 Horas		

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
 NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº Fls.
 Rubrica:

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES
 Integralização por Semestres

Formulário
 Nº 10C

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	Horas/ Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
5º SEMESTRE				
Estágio Supervisionado I	51 horas	3 horas		
Gestão Pública no Brasil Contemporâneo	68 horas	4 horas		
Formulação e Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos	68 horas	4 horas		
Optativa II	34 horas	2 horas		
Trabalho de Conclusão de Curso I	68 horas	4 horas		
Total	289 Horas	17 horas		
6º SEMESTRE				
Estágio Supervisionado II	51 horas	3 horas		Estágio Supervisionado I
Optativa III	34 horas	2 horas		
Optativa IV	34 horas	2 horas		
Optativa V	34 horas	2 horas		
Trabalho de Conclusão de Curso II	34 horas	2 horas		Trabalho de Conclusão do Curso I
Total	187 Horas	11 horas		

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1768 horas

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Formulário
Nº 11

1. O curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública aqui proposto tem tempo de integralização esperado de três anos (seis semestres) e máximo de cinco anos (dez semestres).
2. O curso funcionará, para oferta de disciplinas obrigatórias, em turmas organizadas a partir do semestre de ingresso, no turno noturno, com duração de no máximo quatro horas-aulas diárias.
3. Numa trajetória ideal, os estudantes cursarão do 1º ao 3º semestre os componentes curriculares obrigatórios e, a partir do 4º semestre, também os cinco componentes optativos.
4. O currículo será organizado em torno de três eixos: Formação Básica, Formação Específica e Formação Livre. Esta proposta está ancorada em uma concepção que privilegia a especificidade da formação no curso, reforçando a integração entre as áreas de gestão pública, ao mesmo tempo em que possibilitam a abertura para o conhecimento em outras áreas. Recusando a especialização precoce, o que se propõe é o estabelecimento de conjuntos de atividades acadêmicas definidas a partir de temas, linhas de pesquisa, problemas teóricos e sociais relevantes, bem como campos de atuação profissional.
5. O eixo de Formação Específica deve constituir a base do saber característico da área de atuação gestor público. Entende-se que tal eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do curso.
6. O eixo de Formação Complementar e Livre compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos da IES. O eixo de Formação Livre compreende atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES
7. Além das disciplinas teóricas, obrigatórias e optativas, serão também oferecidas na grade curricular atividades práticas obrigatórias, na forma de seminários diversos e da orientação para o trabalho de conclusão de curso.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Formulário
Nº 11

8. Será requisito para a conclusão do curso o Estágio Supervisionado. Como regulamento do estágio supervisionado utilizará as normas da UFRB.
9. A integralização de carga horária de ACC e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são requisitos para sua conclusão do Curso.
10. Após a constituição do Colegiado do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública serão elaboradas as normas para ACC e TCC
11. A escolha dos componentes optativos será livre, podendo o aluno escolher de acordo com sua preferência profissional, temática ou científica, conforme a disponibilidade de oferecimento das disciplinas por parte do Colegiado do curso;
- 12 O estágio supervisionado se constituirá em uma atividade prática na área de Gestão de Políticas Públicas e áreas afins realizados ao longo dos dois últimos semestres do curso.
13. O Colegiado, de forma integrada com o Centro de Artes, Humanidades e Letras, realizará atividades periódicas de avaliação do curso e orientará os estudantes na sua trajetória curricular

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Sociologia Geral		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Releitura dos clássicos da sociologia e seus desdobramentos na modernidade, Marx e os marxismos; Weber e A escola sociológica alemã, Durkheim, positivismo e funcionalismo. As principais correntes teóricas e principais autores da Sociologia na contemporaneidade.			
Bibliografia			
DURKHIEM, E.. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. MARX, K.. A ideologia Alemã. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Editora Martin Claret, Complementar: ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes/editora UNB,1982. MARX K.. Manuscritos econômicos e filosóficos São Paulo: edita Martin Claret, 2005 GIDDENS, A. TURNNER, J. Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999			

Nome e código do componente curricular: Fundamentos de a Filosofia		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: A filosofia de Hegel e a construção da teoria social. a disputa entre positivismo e a teoria crítica, a Escola de Frankfurt . O nascimento da Hermenêutica.			
Bibliografia			
GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Traços fundamentais da uma hermenêutica MARCUSE, H. Razão e Revolução Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 POPPER, K. Lógica das Ciências Sociais. Brasília: Editora UNB, 1978. Complementar ADORNO& HORKHEIMER. Dialética do Estabelecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. FOUCAULT, M. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002 HABERMAS, J. Consciência Mora e o agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 HABERMAS, J. A inclusão do outro: Estudos da Teoria Política. São Paulo: Loyola, 2002 RICOUER, P. Interpretação e Ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Estado e Sociedade		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Conceito e evolução histórica da idéia de Estado, poder e democracia. O Estado na concepção liberal, desenvolvimentista e socialista. O neo-institucionalismo, concepção de Estado e a relação entre ação e estrutura			
Bibliografia CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas: Papyrus, 1986 HALL, P. A.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nov, n 58, 203, PP 193-224 OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984 Complementar OSBORNE, D. e GAEBLER, T. Reinventando o governo, Brasília: Editora Comunicação, 1994. PRZEWORSKI, A.. Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. SCHUMPETER, J.. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de janeiro: Fundo De Cultura, 1961			

Nome e código do componente curricular: Introdução a Gestão Pública		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Os fundamentos das políticas públicas no Estado Moderno e sua gestão. Burocracia. Participação e Sociedade Civil. As políticas públicas no estudo do desenvolvimento. Estado e seguridade, Proteção Social e Desenvolvimento. Novos conceitos de gestão pública e desenvolvimento			
Bibliografia SANTOS, C. S.. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006. MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. (Org.) Estado e Gestão pública: visões de um Brasil contemporâneo Rio de Janeiro: FGV, 2006. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Complementar BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1998) Reforma do Estado para a Cidadania. São Paulo: Editora 34. ESPING-ANDERSEN, G. Fundamentos sociais de las economías pos-industriales. Barcelona, Ariel,2000. FURTADO, C.. Pequena Introdução ao Desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981. LAKATOS, E. M. Sociologia da Administração. São Paulo: Atlas, 2007.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Oficina de Textos		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Ciência, conhecimento científico senso comum, diretrizes metodológicas para a leitura; compreensão e documentação de textos e elaboração do trabalho científico. Pesquisa – tipos; documentação – didática pessoal, fichamento e projetos de pesquisa.			
Bibliografia LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. MEDEIROS, João B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
Complementar: RAGIN, C. BECKER, H. What is a Case? Cambridge: Cambridge University press, 1992. SCHWARTZ, H, JACOBS, J. Qualitative Sociology. New York: Free Press, 1979.			

Nome e código do componente curricular: Instituições Políticas		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Mecanismos da representação política na institucionalidade contemporânea. A relação representação- representante no plano micro- macro: os sistemas eleitorais e partidários. Constituição, efetividade e mudança das instituições políticas. A lógica e os estrangulamentos institucionais.			
Bibliografia AVELAR, L. e CINTRA, A. O.. Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. DAHL, R A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005. LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R.. Partidos políticos e consolidação democrática. SP: Brasiliense, 1986.			
Complementar: AVRITZER, L., ANASTASIA, F.. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. LIMONGI, F. Presidencialismo e governo de coalizão. In: L. Avritzer e F. Anastásia (orgs.), Reforma política no Brasil, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006, p. 237-257. SARTORI, G.. Teoria da democracia revisitada(a). São Paulo: Ática, 1994. SOUZA, C.. Federalismo e gasto social no Brasil. Lua Nova, n. 52, 2001.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Teoria das Políticas Públicas I		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Da lei dos pobres ao Estado de bem estar: a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. Teorias do surgimento dos estados de bem estar social. Tipologia do Estado de bem estar. Papel das políticas públicas como propulsoras ou inibidoras do avanço social. A discussão sobre a crise do Estado e bem estar social. Impactos do estado de bem estar no combate à pobreza e desigualdades.</p>			
<p>Bibliografia DELGADO, M.; PORTO, L. (Org.). O Estado de Bem-Estar Social no século XX. São Paulo:LTR, 2007. POLANYI, K. A grande transformação. As origens da nossa época. 3ª. ed. Rio de Janeiro,Campus.1980. Complementar CASTEL, R.. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes,1998. VANDERBORGH, Y.; PARIJS, P.. Renda Básica de Cidadania: Argumentos Éticos e Econômicos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. VIANNA, M. L. T. W. A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.</p>			

Nome e código do componente curricular: Teoria do Desenvolvimento I		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A problemática do desenvolvimento. O processo histórico de acumulação do capital e o desenvolvimento econômico. Características do sub-desenvolvimento. A experiência histórica de desenvolvimento. Diferenças entre crescimento de desenvolvimento econômico. Reconstrução do pós-guerra e desenvolvimento. A natureza do desenvolvimento capitalista e as experiências socialistas de desenvolvimento.</p>			
<p>Bibliografia LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1982. SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo, Abril Cultural, 1983. COUTINHO M. C. Lições de Economia Política Clássica.São Paulo: Hucitec, 1998. MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo / Campinas:Boitempo Editorial / Editora da UNICAMP, 2002. SOUZA, N J Desenvolvimento Econômico. Ed Atlas. São Paulo,1993.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Administração e Gestão Pública		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático, nova gestão pública e papéis do Estado; Evolução e características da administração pública no Brasil; as singularidades brasileiras; novos cenários e novos desafios. As tendências internacionais de mudança da gestão pública; princípios (mérito, flexibilidade, responsabilização, controle versus autonomia); instrumentos gerenciais contemporâneos (avaliação de desempenho e resultados, flexibilidade organizacional, trabalho em equipe, cultura da responsabilidade e os mecanismos de rede informacional), gestão horizontal; cenário de mudanças mundiais; globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas conseqüências sobre o Estado e a gestão</p>			
<p>Bibliografia ABRUCIO, F. L. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP n. 10, 1996. BRESSER-PEREIRA, L C.; SPINK, P: A reforma do Estado e a Administração Pública Gerencial, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998. DINIZ, E. AZEVEDO, S. Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília-ENAP, 1997.</p>			
<p>Complementar: FOUCHER, D. Guia de Gerenciamento no Setor Público. Brasília: ENAP, 2001. BORGES, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à crise de caráter do Estado. DADOS-Revista de Ciências Sociais, vol 43, n.1, p. 119-151.</p>			

Nome e código do componente curricular: Metodologia de Pesquisa		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: O debate teórico dos métodos qualitativos versus métodos quantitativos. O trabalho de campo e o cotidiano. Estudo de caso. História de vida. Entrevista em profundidade. Análise de discurso. Pesquisa etnográfica e observação participante.</p>			
<p>Bibliografia LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber - Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes PEREIRA, J. C. R.. Análise de dados qualitativos. São Paulo: EDUSP, 1999.</p>			
<p>Complementar MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social, teoria método e criatividade. São Paulo: Vozes, 1992.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Participação e Sociedade Civil		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A participação na teoria e na prática das democracias contemporâneas. Panorama geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia (concepções minimalistas, participativas, deliberativas e republicanas). As relações entre participação e representação; clientelismo(s) e participação; desigualdade, exclusão social e participação política no Brasil. Participação nos espaços públicos, nos Orçamentos Participativos e nos Conselhos Gestores de políticas públicas no Brasil.</p>			
<p>Bibliografia AVRITZER, L. ; NAVARRO, Z. (Org.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. BENEVIDES, M. V. M.. A Cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3ª. Ed. Sao Paulo: Atica, 1998. PUTNAM, R. Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. Complementar GOHN, M. da G. O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. HABERMAS, J. Direito e democracia: entre a facticidade e validade. 2ª ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. LUBAMBO, C.; COÊLHO, D.; MELLO, M. (Org.). Desenho Institucional e Participação Política: Experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>			

Nome e código do componente curricular: Teoria das Políticas Públicas II		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Teoria das Políticas Públicas I		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Surgimento das políticas sociais na América Latina. Tipologias e concepções de políticas sociais na região. As reformas do estado e da política social na América Latina. Indicadores sociais e programas de combate à pobreza na América Latina.</p>			
<p>Bibliografia COELHO, V. S. (Org.). A reforma da previdência social na América Latina. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003. FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. LAURELL, A.C. (org.) Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. Cortez Editora / CEDEC, São Paulo, 1995. Complementar: LO VUOLO, R. Et alli. La pobreza... de la política contra la pobreza. Buenos Aires: Ciepp. Miño y Dávila Editores, 1999. MESA-LAGO, C. La seguridad social en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 1985.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Teria do Desenvolvimento Contemporâneo		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A questão dos antagonismos, mitos históricos, entre tecnologia, progresso e ambiente / as revoluções agrícolas e os paradigmas das ciências agrárias / sistema econômico x ecossistema: o ótimo da economia do bem-estar ou o sub-ótimo do teste da compensação / entropia, externalidades, impactos e custos ambientais / ciência, tecnologia e instrumentos de tutela do ambiente / biotecnologia e desenvolvimento sustentável / novos atores e novas relações entre o capital natural e o capital social / implicações econômicas, sociais, políticas e geográficas do desenvolvimento sustentável / o negócio e as novas profissões do ambiente</p>			
<p>Bibliografia CAMARGO, A.L B.. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Rio de Janeiro: Editora Papyrus, 2003. SACHS, I.. Desenvolvimento includente sustentável sustentado. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. VEIGA, J. E.. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Complementar: BECKER, B.K. ; MIRANDA,M. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. PAULA, J. A. de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SEN, A.. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.</p>			

Nome e código do componente curricular: Orçamento e Finanças Públicas		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Gasto Público no Mundo – funções de governo. O Financiamento do Gasto Público – sistema tributário e transferências intergovernamentais no sistema federativo brasileiro. Finanças da União, Estados e Municípios : características da estrutura de financiamento e evolução recente. Sistema de Planejamento e Orçamento no Brasil: fundamentos legais; conceitos básicos do sistema de planejamento, gestão por programas; integração planejamento e orçamento; eficiência do gasto público e custos.</p>			
<p>Bibliografia BALEEIRO, A.. Uma introdução a ciência das finanças. 12ª ed.Rio de Janeiro: Forense, 1978. MATIAS PEREIRA, J.. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo. Atlas, 1999. REZENDE, F. A.. Finanças públicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. Complementar GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C.. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. MERCADANDE, A.. O Brasil pós-real: a política econômica em debate. 2ª ed. São Paulo:UNICAMP, 1998.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Metodologia Quantitativa e Indicadores Sociais		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Introdução aos métodos quantitativos. O processo de construção, elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. Relações causais e testes de hipóteses. O Survey. Coleta e análise de dados. Programação linear com Excel. Introdução ao uso do SPSS. Escalação unidimensional e multidimensional. Indicadores Sociais.</p>			
<p>Bibliografia BABBIE, E. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: editora UFMG, 1999. JANNUZZI, P.. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2001. SAATY, T.. Métodos de Análise Hierárquica. São Paulo : McGraw-Hill. 1980.</p>			
<p>Complementar JAPIASSÚ, H.. Introdução às ciências humanas: análise de epistemologia histórica. São Paulo, Letras & Letras, 1994. SARTORI G.. A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais. Brasília: UNB, 1979. SOUZA, J. Métodos de escalagem psicossocial:(uni e multidimensional). Brasília: Thesaurus, 1988.</p>			

Nome e código do componente curricular: Desigualdades Sociais e Raciais		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Analisar o processo de institucionalização do debate em torno das desigualdades sociais e raciais no Brasil. Examinar conceitos relacionados à problemática racial, bem como avaliar as políticas sociais voltadas para a população negra.</p>			
<p>Bibliografia: HASENBALG, C.; SILVA, N. DO VALE E LIMA, M. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999. SOUZA, Jessé . Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 65, p. 43-70, 2005. SOUZA, Jessé (Org.) . A invisibilidade da desigualdade brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.</p>			
<p>Complementar FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus / EDUSP,1965. HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, supl., p. 57-65, 2002.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Teoria das Políticas públicas III		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Teoria das Políticas Públicas II		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: O contexto histórico, político de formulação das políticas públicas brasileiras. As concepções das políticas sociais brasileiras: A nova concepção da constituição de 88. Concepções e programas de combate à pobreza no Brasil.			
Bibliografia MARTINS, J. S.. A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 2003, 25-47. SPOSATI, A. (Org.). Renda Mínima e crise mundial. Saída ou agravamento? São Paulo, Cortez, 1997. VIANA, A.; ELIAS, P.; IBAÑEZ, N. (Org.). Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.			
Complementar SILVA e SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004. WEISSHEIMER, M A. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. ZIMMERMANN, C. R.. Social programs from a human rights perspective: the case of the Lula administration's. In: Sur: International Journal on Human Rights, São Paulo, v. 3, 2006, p. 145-161.			

Nome e código do componente curricular: Cooperativismo e Capital Social		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Conceito e história do Cooperativismo. Funcionamento e objetivos de empresas cooperativas. Legislação aplicada. Tipos de cooperativas. Estatutos sociais. Capital social.			
Bibliografia GODOUD, J.T. Introdução à dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, no.38, p.39-51,1998. MAUSS, M.. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia com uma introdução à obra de Marcel Mauss e de Claude Lévi- Strauss. São Paulo: E.P., 1974. RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.			
Complementar: PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5ª. Ed. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 260p. <Original: Make democracy work: civic traditions in modern Italy. 1993>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Direito Público e Administrativo		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Os princípios constitucionais do Direito Administrativo e os poderes administrativos. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. Servidores públicos: regime jurídico. A responsabilidade civil do Estado.</p>			
<p>Bibliografia MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 12ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. PIETRO, Maria Sylvia Zanela de. Direito Administrativo. 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>			
<p>Complementar BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: Monitoramento e Avaliação de Políticas		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A implementação e avaliação de Políticas sociais. Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a avaliação das Políticas sociais. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação. Metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais. Avaliação do projeto. Análise de projetos de desenvolvimento e seus impactos sociais.</p>			
<p>Bibliografia FRANCO, Ernesto Cohen Rolando. Avaliação de projetos sociais. São Paulo: Vozes, 2000. RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.</p>			
<p>Complementar SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. Serviço Social & Sociedade, 53. Mar. 1997, p. 74-79.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Estágio Supervisionado I		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais. Desenvolvimento de habilidades com relação ao eixo temático da gestão, criando demandas, formulação de plano de ação.			
Bibliografia BIANCHI, Anna Cecília de M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005 BURIOLLA, Marta A. Feiten. Estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001			

Nome e código do componente curricular: Gestão Pública no Brasil Contemporâneo		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: A reforma do Estado no Brasil. Centralidade e descentralização das ações governamentais. A municipalização e a participação. Os papéis dos governos federal, estaduais e municipais. Na gestão pública descentralizada.			
Bibliografia BOSCHI, R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 42, Nº.4,1999, p. 655-690. LUBAMBO, C.; COÊLHO, D.; MELLO, M. (Org.). Desenho Institucional e Participação Política: Experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005. SOUZA, C.. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: São Paulo em Perspectiva: São Paulo, Fundação Seade, vol. 18 n. 2, 2004, p. 27-41. Complementar: DINIZ, E. E AZEVEDO, S. Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília-Enap, 1997. FIGUEIREDO, R. e LAMOUNIER, B.. As Cidades que dão certo: Experiências Inovadoras na Administração Pública Brasileira. Brasília: MH Comunicação, 1996.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Formulação, Elaboração de projetos sociais e captação de recursos		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Conceitos básicos: plano, programa, projeto e atividade. Alocação dos recursos governamentais. Modelos de elaboração de projetos. Formulação da função-objetivo e mensuração de benefícios e custos; Transversalidades dos programas. Metodologias para elaboração de programas, projetos e planos de ação. Editais de fundos e programas de financiamento de projetos. Análise de fontes de financiamento e captação de recursos. Assessorias</p>			
<p>Bibliografia ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social. Veras Editora: São Paulo, 2002. KISIL, R. Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil. 3ª. Ed. São Paulo: Global, 2004. Complementar SAMSÃO, V., MATHIAS, W.F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996. TENÓRIO, F. G. (coord). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.</p>			

Nome e código do componente curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Indicações teóricas metodológicas para elaboração da monografia. Estruturação e desenvolvimento da monografia</p>			
<p>Bibliografia BEZZON, L.C. Guia prático de monografias, dissertações e teses. Campinas: Alínea, 2004. MARTINS, G.A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Estágio Supervisionado II		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Estágio Supervisionado I		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais. Participação em processos de construção teórico-metodológica e de implementação de políticas, avaliação de serviços e de projetos			
Bibliografia			
BIANCHI, A. de M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005 BURIOLLA, M A. F. Estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			

Nome e código do componente curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Conclusão de Curso I		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Indicações teóricas metodologias para elaboração de monografia. Estruturação e desenvolvimento da monografia. Acompanhamento da evolução da monografia.			
Bibliografia			
BEZZON, L.C. Guia prático de monografias, dissertações e teses. Campinas: Alínea, 2004. MARTINS, G.A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Políticas Públicas para Juventude		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Significado sócio-histórico das diferentes construções teórico metodológicas das categorias adolescência e juventude. A produção brasileira e sua contribuição para formulação de programas de políticas públicas			
Bibliografia FREITAS, V. PAPA, F. C.. (Orgs.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo. Cortez. 2003. NOVAES, R., VANNUCHI, P. (Orgs.) Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2004			

Nome e código do componente curricular: Políticas Públicas para o meio ambiente		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Meio ambiente no Brasil. Abordagens da questão ambiental. Justiça e compensação ambiental. A formulação de programas governamentais e não governamentais na área do meio ambiente			
Bibliografia CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.R.; OLIVEIRA, J. A. P. Meio Ambiente Brasil, Avanços e Obstáculos pós-Rio-92. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002. CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). População e Meio Ambiente: Debates e Desafios. São Paulo: Editora do SENAC, 2000. Complementar VINCENT, A. Ecologismo. Ideologias Políticas Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. VIOLA, E. et al. (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Cortez/ Ed.UFSC, 1998.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Políticas para o Meio Rural		Centro: CAHL	Carga horária: 34horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Meio rural no Brasil. Abordagens da questão rural. Conflitos sociais no meio rural. A formulação de programas governamentais e não governamentais na agricultura brasileira.			
Bibliografia GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. LEITE, Sergio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.			
Complementar SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. (Org.) Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004. TEDESCO, João C. (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.			

Nome e código do componente curricular: Políticas Públicas de Saúde no Brasil		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: A história das políticas de saúde no Brasil. Os cenários socio-político-cultural das políticas de saúde. Organização dos serviços de saúde. O papel do Estado na formulação e implantação de políticas públicas de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) e os seus princípios e diretrizes Acessibilidade e Prioridades em saúde. Tendências dos modelos analíticos para a avaliação das políticas públicas de saúde.			
Bibliografia COHN, A. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 5 ed. São Paulo: Cortez, CEDEC, 2003. SERRA, J.. Ampliando o possível: a política de saúde do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.			
Complementar COHN, A.; ELIAS, P. E. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Políticas Culturais		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Estudos acerca dos conceitos de cultura. Estudos públicos culturais e produção cultural. Público e mercado na implementação de projetos e ações culturais relacionados às áreas da cultura.			
Bibliografia BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. Revistas São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15,n.2, 2001. Disponível em : http://www.scielo.br . CESNIK, F.; BELTRAME, P.. Globalização da Cultura. São Paulo: Manole, 2004. FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs.). Experiências de gestão cultural democrática. São Paulo, Pólis,1993. Complementar MOISÉS, J.A. ; BOTELHO, I. (orgs.). Modelos de financiamento da cultura. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.			

Nome e código do componente curricular: Políticas Públicas para Idosos		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Processo da transição demográfica no Brasil e no mundo; discutir conceitos básicos sobre envelhecimento populacional e individual; analisar o impacto epidemiológico da transição demográfica no Brasil e os seus reflexos na realidade de saúde da população e estudar a organização e administração de instituições formais e não formais que prestam assistência ao idoso, bem como as políticas nacionais que visem o bem estar do mesmo			
Bibliografia CAMARANO, A. A. et. Al. Muito além do 60. Os novos idosos brasileiros, RJ, IPEA, 2004. DEBERT, G. G. A Reinvenção da Velhice. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999. SILVA, M.da C. . O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. Textos sobre Envelhecimento (UERJ), Rio de Janeiro, v. 8, n. 01, p. 43-60, 2005. Complementar NOVAES, Maria Helena. Psicologia da Terceira Idade. Conquistas possíveis e rupturas necessárias. Rio de Janeiro, Nau, 2000.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Políticas públicas para o Turismo.		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: O Turismo na estrutura administrativa do Estado. O Estado no planejamento do turismo. Políticas públicas governamentais do Turismo: Plano Nacional de Turismo, políticas regionais do Turismo. Prodetur, Proecotur, Políticas de mega projetos turísticos e outras. Turismo sustentável. Ecoturismo em áreas protegidas; Intervenção do Estado sobre o domínio econômico do turismo. Turismo e desenvolvimento local</p>			
<p>Bibliografia CRUZ, R. de C. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2001. TYLER; DUCAN (Orgs). Gestão de Turismo Municipal: teorias e práticas de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Rocca, 2001. Complementar BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac, 2002</p>			

Nome e código do componente curricular: Políticas de Educação		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Sociedade, Estado e Educação. A política educacional no contexto das políticas públicas. Perspectivas e tendências contemporâneas das políticas educacionais expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Políticas públicas de educação</p>			
<p>Bibliografia AZEVEDO, J. L.. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1988. DOURADO, L. F. ; PARO, V. H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã., 2001. STEINER, J. E. ; MALNIC, G.(orgs.). Ensino Superior: Conceito & Dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006. Complementar SADER, E. GENTILI, P.. (org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Políticas de Emprego e Renda		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A problemática atual do emprego-desemprego e as políticas públicas de geração de trabalho e renda. Metodologia de pesquisa sobre emprego estado, comunidade solidária, e desemprego PME/IBGE, PEDE/ DIEESE. A economia solidária. O sistema público de emprego, trabalho e renda. A política nacional de qualificação profissional, o seguro desemprego, o Pronager, Pronaf e Pró-jovem. A crítica da política pública de emprego e renda.</p>			
<p>Bibliografia AZEVEDO, B.. Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira. SP: ABET, 1998. FILOCREÃO,BOCAYUVA, P. C.. As Metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: FASE, 2007. LEITE. M. P. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.</p>			
<p>Complementar DOMINGUES, J. M. Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p>			

Nome e código do componente curricular: Orçamento Público		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Orçamento como instrumento de planejamento e controle. Princípios Orçamentários e concepção da proposta orçamentária. Orçamento operacional. Orçamento econômico e financeiro. Orçamento de investimentos. Execução orçamentária. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual. A planificação do setor público e o orçamento por programas. Instrumentos de controle</p>			
<p>Bibliografia CASTRO, D. P.I ; GARCIA, L. M.. Contabilidade pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel.São Paulo: Atlas, 2004. GIACOMONI, J.. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2000. MORGADO, J. Vaz e DEBUS, I.. Orçamento Público. Brasília: Vestcon, 2002.</p>			
<p>Complementar SILVA, A. T.. Administração e controle. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. SILVA, J. A. Orçamento programa no Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1973. TENDLER, J.. Bom governo nos trópicos: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Revan, 1998.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Teoria do Desenvolvimento		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: O modelo de desenvolvimento latino-americano e o papel da CEPAL. A visão da industrialização a qualquer custo na América Latina e no Brasil. O modelo de desenvolvimento brasileiro da primeira metade do século XX. Os planos nacionais de desenvolvimento no período da ditadura militar. O desenvolvimento durante a nova república. Análise do desenvolvimento setorial.</p>			
<p>Bibliografia ARAÚJO, T B. Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000. CARDOSO, F. H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Complementar: FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. 2. ed. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PAULA, J. A. de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005</p>			

Nome e código do componente curricular: Sistema Braille		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: A leitura e escrita em Braille. Sinais, símbolos e abreviaturas em português. Sinais do código de Matemática Transcrição de materiais em negro para o Braille e vice-versa</p>			
<p>Bibliografia DUNN, Lloyd M. Crianças excepcionais, seus problemas - sua educação. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971. TELFORD, Charles; SAWREY, James. O Indivíduo Excepcional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.</p>			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Planejamento Social		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Aspectos históricos do planejamento na América Latina e Brasil. Diferentes modelos de planejamento: do normativo ao estratégico. Conceitos fundamentais do planejamento. Métodos, técnicas e parâmetros de programação. Processo de elaboração e condução de planos de ação, a partir da aplicação de métodos e técnicas de processamento de problemas			
Bibliografia BAPTISTA, M. V. Planejamento Social - intencionalidade e instrumentação. São Paulo, Veras, 2000. BUSTELO, E. S. (orgs.). Política x técnica no planejamento: perspectivas críticas. São Paulo: Brasiliense/Unicef, 1982. DALMÁS, A.. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento, avaliação. Petrópolis: VOZES, 1999.			
Complementar KISSIL, R.. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. São Paulo: GLOBAL, 2001. DOWBOR, L. Introdução ao planejamento municipal. São Paulo: Brasiliense, 1987.			

Nome e código do componente curricular: Políticas para a criança e o adolescente		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: O significado sócio-histórico das diferentes construções teórico-metodológicas das categorias infância e adolescência. Os direitos da criança e dos adolescentes. A formulação de programas governamentais e não governamentais			
Bibliografia ARIÈS, P.. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. PEREIRA, T. S.. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar. Riode Janeiro: Renovar, 1996			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Libras		Centro: CAHL	Carga horária: 68 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Marco legal das políticas de proteção, integração e garantias de direitos aos portadores de deficiência auditiva. Política nacional aos portadores de deficiência. Conceito de deficiência. Histórias de surdos. Noções de língua portuguesa; noções lingüísticas de libras; técnicas de tradução de libras/português; tipos de frases em libras.			
Bibliografia			
Bibliografia Básica: BOTELHO, Paula. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Balo Horizonte, Autêntica, 1998. _____ Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2002. BOTELHO, Paula. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Balo Horizonte, Autêntica, 1998. BRASIL. LEI Nº. 10436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Livro de Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Livro de Libras - http://www.libras.org.br/livro_libras.php KARNOPP e QUADROS. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i> . Brasília: MEC, SEESP, 2004.			

Nome e código do componente curricular: Antropologia		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: A Noção de Cultura em Antropologia; Etnocentrismo e Relativismo; Etnografia e Trabalho de Campo; Antropologia e o Encontro Colonial; Desenvolvimento Histórico da Antropologia; Identidade e Diferença; Antropologia Simbólica; Antropologia Política; Cultura e Cidadania; Tradição e Modernidade; Cultura Popular; Cultura e desigualdade; Multiculturalismo e Diversidade Cultural; Antropologia e Estudos Culturais; Antropologia no Brasil.			
Bibliografia			
BOSI, A.. Dialética da Colonização. São Paulo. Companhia das Letras. 1994. CUNHA, M. C. da. Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo, Brasiliense: 1985. WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In. SILVA, T T (Org.). Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis. Vozes. 2007, p. 72. Complementar: MONTEIRO, P. Globalização, Identidade e Diferença. Novos Estudos. CEBRAP. N.º 49. Novembro de 1997.			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Sociologia		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Estudar a formação social brasileira utilizando conceitos sociológicos fundamentais como estrutura social, desigualdade social e mudança social. Apresentar as semelhanças e diferenças entre Brasil e América Latina, focalizando temas clássicos como modernização, desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência. Analisar as relações entre as desigualdades étnico-raciais e as estruturas sociais dos países latino-americanos</p>			
<p>Bibliografia FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: 2006. IANNI, O. Sociologia da sociologia latino-americana. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. SOTELO, I. Sociologia da América Latina. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. Complementar: CARDOSO, F. H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. FREYRE, G. Casa Grande & senzala. 48. ed. São Paulo: Global, 2006. GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GONZÁLEZ CASANOVA, P. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis/Rio de Janeiro/Buenos Aires: Vozes/LPP/CLACSO, 2002. OLIVEIRA, R. C. A sociologia do Brasil indígena. Brasília/Rio de Janeiro: UnB/Tempo Brasileiro, 1978.</p>			

Nome e código do componente curricular: Ciência Política		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
<p>Ementa: Conceito de ciência política. A gramática política no Brasil. O sistema político brasileiro em perspectiva comparada com a América Latina</p>			
<p>Bibliografia AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Coord.) Sistema político brasileiro: uma introdução. [2. ed.]. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007. NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. LIMONGI, F. FIGUEIREDO, A.. Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão Editora FGV, 2008 Complementar: BAQUERO, M. (Org.). Os desafios da democratização na América Latina. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Fund G Vargas, 2001. SOARES, G. A D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.). Reforma política: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV, 2006. AMES, B.. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro Fundação Getulio Vargas.2003. AMORIM NETO, O. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006</p>			

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
NÚCLEO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
-PROJETO PEDAGÓGICO-

Processo nº _____ Fls. _____
Rubrica: _____

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
Nº 12

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública I		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública II		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública III		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos Especiais em Gestão Pública IV		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública V		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública VI		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário
 Nº 12

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública VII		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Profissionalizante	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública VIII		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública IX		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

Nome e código do componente curricular: Tópicos especiais em Gestão Pública X		Centro: CAHL	Carga horária: 34 horas
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 50 alunos	
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em gestão pública			
Bibliografia			

RECURSOS HUMANOS

Formulário
Nº13

CORPO DOCENTE ATUAL

Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann (CAHL / Política)
Prof. Dr. Amilcar Baiardi (CAHL / Economia e Ciência Política)
Profa. Dra. Georgina Gonçalves (CAHL Profa. Adjunto de Políticas Sociais)
Profa. Ms. Jucileide Nascimento (CAHL Profa. Assistente de Políticas Sociais)
Profa. Dra. Lúcia Aquino Queiroz (CAHL Profa. Adjunto de Economia)
Profa. Ms. Marina da Cruz Silva (CAHL Profa. Assistente de Pesquisa)
Prof. Dr. Osmundo Pinho (CAHL Professor Adjunto de Antropologia)
Prof. Dr. Nelson Montenegro (CAHL Prof. Adjunto Políticas Públicas)
Regime de trabalho do corpo docente atual: 40 horas com Dedicção Exclusiva.

VAGAS DE CONCURSO SOLICITADAS (PARA PROFESSOR ADJUNTO)

A) As nove vagas atribuídas ao curso de Gestão Pública serão repartidas da seguinte forma:

1. Teoria das Políticas Públicas (Doutorado na área)
2. Desenvolvimento, Associativismo e Capital Social (Doutorado na área)
3. Monitoramento e Avaliação de Políticas (Doutorado na área)
4. Orçamento e Administração Pública (Doutorado na área)
5. Metodologia Qualitativa e Quantitativa (Doutorado na área)
6. Políticas Públicas (Doutorado na área)
7. Instituições Políticas (Doutorado na área)
8. Políticas Públicas (Doutorado na área)
9. Sociologia e Direito administrativo (Doutorado na área)

Regime de trabalho do corpo docente solicitado: 40 horas com Dedicção Exclusiva.

SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Uma Secretária para o Colegiado de Gestão Pública

INFRA-ESTRUTURA

Formulário
Nº14

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal Recôncavo da Bahia funcionará no Centro de Artes, Humanidades e Letras (Campus de Cachoeira), necessitando da seguinte infra-estrutura:

1. Infra-estrutura básica

- 04 Salas de aula para 50 alunos.
- 01 Sala para o Laboratório de metodologia qualitativa
- 2 computadores com conexão à Rede Mundial de Computadores,
- 2 mesas para computador com uma cadeira cada,
- 4 Estantes de aço,
- 2 Armários de aço
- Mesa com 6 cadeiras para reuniões.
- 01 Sala de informática: 20 computadores com conexão à Rede Mundial de Computadores.
- Biblioteca especializada no curso (cf. bibliografia das disciplinas obrigatórias e optativas).
- Assinatura de Revistas e Periódicos na área (ver abaixo).

INFRA-ESTRUTURA

Formulário
Nº14 A

2. Equipamentos específicos

2.1 Equipamento para Pesquisa de Campo Laboratório de metodologia Qualitativa.

- Microfones para entrevista (05)
- MINI GRAVADOR DIGITAL (5)
- MP3 Player 256MB FM/Grav.Voz/Pen Drive Tool players
- COMPUTADOR CORE2DUOE7400 2.8GHz3GBDVD -RW - Vista Premium + Megaware + LCD18,5 WIDESCREEN F19
- NOTEBOOK/LAPTOP (2)
- Fone de Ouvido - Mono - com Microfone - Controle de Volume
- Tela com Tripé Standard Nardelli 1,80 x 1,80Mts quadrado
- Filmadora Digital GZ-MG630 Prata HDD 60GB c/ 40x Zoom Óptico e LCD 2.7" Widescreen –
- 01 Datashow.
- 01 Televisão.
- 01 DVD-player.
- 01 Video-player.

INFRA-ESTRUTURA

Formulário
Nº14 A

3. Assinatura de Revistas e Periódicos

Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ilha.

Revista de Antropologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Mana. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

Revista de Antropologia. São Paulo: USP.

Caderno CRH: UFBA

Revista Tempo Social USP

Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS-São Paulo

Dados - Revistas de Ciências Sociais – IUPERJ

Novos Estudos CEBRAP - CEBRAP São Paulo

Sociologias - PPGCS UFRGS

Política e Trabalho - UFPB - PPGS

Lua Nova: Revista de Cultura e Política CEDEC

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – Anpocs

Revista de Administração Pública: Publicação Fundação Getúlio Vargas

O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002) - ANPOCS

Ciências Sociais Hoje ANPOCS

Brazilian Review of Social Sciences, ANPOCS

PLURAL, Revista do PPGS - USP

Opinião Pública, CESOP - UNICAMP Sociedade &

Estado: Universidade de Brasília Serviço Social e

Sociedade – Editora Vozes Katalizes –

Universidade Federal de Santa Catarina

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO
PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM DO DISCENTE**

Formulário
Nº 15

• **Do acompanhamento e Avaliação do Projeto Político Pedagógico:**

A efetiva implementação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública requer o desenvolvimento de um processo de avaliação, tanto de seu projeto político pedagógico, como em seu processo de ensino aprendizagem.

Para o projeto político pedagógico deverão ser estabelecidos mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação do projeto que tome como referências constitutivas o acompanhamento sistemático e contínuo que busquem relacionar os princípios norteadores do projeto com a prática desenvolvida para sua efetivação. Deste modo é preciso então considerar a efetivação de estratégias que envolvam os diversos setores da comunidade acadêmica, associando elementos que garantam organicidade e imponham dinamicidade a todo o processo avaliativo.

Sistemática e contínua, a avaliação do projeto pedagógico do curso de Tecnológico de Gestão Pública deve prevê a realização periódica de atividades sob a forma de seminários, discussões e debates, etc. Nestes encontros devem ser discutidos temas como organização didática pedagógica do curso, buscando ressaltar os elementos relativos à administração acadêmica, a formação, desempenho acadêmicos de seu corpo docente, suas condições de trabalho, além de aspectos concernentes a infra-estrutura a exemplo de condições de suas instalações, bibliotecas, laboratório, etc. Interessa também ao processo, a avaliação que a sociedade realiza, através da ação/ intervenção do corpo docente e discente do curso, expressa em sua produção científica e nas atividades realizadas no âmbito da extensão universitária, nos estágio curriculares, etc.

É incontornável integrar aos elementos de avaliação, as proposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como tomar como referências procedimentos proposto pelo Ministério da Educação¹. Evidentemente, é elemento central de organicidade deste processo, a consonância com as normas e propósitos mais amplos de avaliação institucional da UFRB.

Mas é ao Colegiado do curso, que cabe a tarefa de sistematização de normas e proposições específicas sobre o funcionamento deste processo de acompanhamento e avaliação continuada do projeto político pedagógico do curso. Assim, é recomendável para maior dinamicidade e organicidade do processo que o Colegiado do curso constitua uma Comissão de Avaliação Permanente que seja responsável pelo processo de coordenação de avaliação que seja responsável pela mobilização e condução de todo o processo.

¹ Parecer CNE/CES Nº. 436/01 que trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos Resolução CNE/CP Nº. 3/02 que institui as Diretrizes Curriculares Gerais para Organização e Funcionamento dos cursos Superiores de Tecnologia. Parecer CNE/CES 227/06 – que estabelece a forma de Organização da Educação Profissional e Tecnologia de Graduação. Portaria Nº. 10/06 que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO
PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM DO DISCENTE**

Formulário
Nº 15

Por fim um elemento que deve ser observado na avaliação do projeto pedagógico é a possibilidade de procedimentos de avaliação externa. Esta modalidade de avaliação deve incorporar docentes de notório saber tanto no campo de conhecimento ou áreas afins a exemplo de currículo.

Por fim, o delineamento do processo de avaliação do projeto político pedagógico para o curso deve expressar o compromisso da comunidade acadêmica e buscar se constituir como um instrumento de reflexão contínua sobre a universidade e sua função social. Os pressupostos aqui expressos devem ser considerados para além da necessidade de uma resposta formal, na medida em que se situa como possibilidade concreta de análise coletiva, de escolhas de direções assumidas e da busca de identidade do curso que ora é proposto.

- **Da avaliação do corpo discente:**

A avaliação de aprendizagem dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB segue normas institucionais definidas no Regulamento de Ensino e Graduação desta universidade, bem como os indicadores que deverão ser elencados e submetidos ao colegiado do curso.

É pressuposto básico que a avaliação seja parte integrante do processo ensino aprendizagem. E desta maneira a avaliação deverá ocorrer de maneira processual. Portanto, ela não deve se produzir apenas na observância e verificação de conteúdos e no resultado da apresentação de um produto final. Devem ser considerados como aspectos relevantes para o processo avaliativo, tais aspectos como: pontualidade no cumprimento das datas de entrega de trabalhos, nível de participação e prática investigativa do discente durante o transcorrer do curso, competências relacionais, comunicacionais, etc.

Outro pressuposto a ser observado, diz respeito ao caráter interativo do processo de avaliação. Assim, cabe ao docente patrocinar, sempre que possível, situações de avaliação grupal e auto-avaliação dos alunos. Estas ocasiões devem ser consideradas como espaços propícios para que os alunos desenvolvam sua capacidade crítica, aprofundando reflexões sobre seu processo de aprendizagem. O docente ainda deve proporcionar momentos em que, conjuntamente possam ser avaliadas estratégias didáticas utilizadas e resultados obtidos no transcorrer do curso.

O caráter formativo da avaliação de aprendizagem revela-se como uma oportunidade de verificação diagnóstica do discente e reflexão e exame de estratégias utilizadas pelos docentes.

A efetivação do processo de avaliação se dá a partir de instrumentos de avaliação que devem proporcionar a ultrapassagem da mera repetição de informações de conteúdos trabalhados no decorrer dos cursos, promovendo no discente a capacidade de compreensão, reflexão, análise crítica das teorias, conceitos, metodologias e situações que lhe serão apresentadas em seu processo formativo. Neste sentido, para avaliação de conteúdos poderão ser elaboradas provas dissertativas, orais, ensaios monográficos, seminários, resenhas, atividades em grupo.

As atividades acadêmicas obrigatórias de natureza especial, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, atendem aos objetivos do projeto político-pedagógico do curso, e têm sistema de avaliação e controle de frequência definidos em regulamentos próprios, aprovados pela Pró-reitoria de Graduação e Colegiado do curso.

✓ **Frequência às aulas**

Estará aprovado ou habilitado numa disciplina, o aluno que além da média mínima exigida por lei, tiver cumprido a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e às demais atividades escolares programadas para a(s) disciplina(s) em que se inscreveu. Caberá ao aluno controlar suas faltas, porque, se a sua frequência numa determinada disciplina for inferior a setenta e cinco por cento (75%), estará reprovado por frequência, mesmo que esteja habilitado por média. Se a sua aprovação vier a depender de exame final, este exame lhe será vedado, se foi reprovado por frequência.

Referências Bibliográficas:

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: Teorias explicativas. IN: BIB nº. 39, Rio de Janeiro, 1995, p.3-40.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. *Planejamento e políticas públicas*. Rio de Janeiro, Ipea, n.12, junho/dezembro 1995.

BANGURA, Yusuf (Org.) *Democracy and social policy development*. Basingstoke: UNRISD e Palgrave Macmillan, 2007

MARSHALL, T.H. *Política Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. 2.ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000

OPIELKA, Michael. *Sozialpolitik: Grundlagen und vergleichende Perspektiven*. Hamburg: Rowohlt, 2004.

SCHMIDT, Manfred; OSTHEIM, Tobias; SIEGEL, Nico; ZOHLNHÖFER, Reimut (Org.). *Der wohlfahrtstaat*. Eine Einführung in den historischen und internationalen Vergleich. Wiesbaden: VS Verlag, 2007

ULLRICH, Carsten. *Soziologie des Wohlfahrtstaates*. Eine Einführung. Frankfurt: Campus, 2005.

